



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

REQUERIMENTO Nº 872/2026

Solicitação de informações sobre a aplicação da Lei do “Porta a Porta”

Considerando a importância da transparência na prestação dos serviços públicos, bem como o direito constitucional de acesso à informação;

Considerando a implementação da Lei Municipal que institui o serviço “Porta a Porta”, voltado ao atendimento da população com mobilidade reduzida;

Considerando que foi aprovado o aumento do subsídio público à empresa concessionária, que passou a aproximadamente R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais) mensais;

Considerando que tais recursos públicos devem estar diretamente relacionados à melhoria e ampliação dos serviços prestados à população;

Diante disso, requero:

- 1- O envio de planilha completa contendo todas as solicitações realizadas pelos usuários do serviço “Porta a Porta”, desde sua implantação até a presente data, contendo, no mínimo:
 - Data da solicitação;
 - Nome do solicitante (resguardados dados sensíveis, se necessário);
 - Origem e destino;
 - Status da solicitação (atendida, negada, em análise, etc.);
 - Justificativa em caso de negativa.
- 2- Informações detalhadas sobre a quantidade de viagens efetivamente realizadas, incluindo:
 - Número total de viagens por período (mensal/anual);
 - Número de usuários atendidos;
 - Quilometragem percorrida;
 - Cópia de todos os relatórios operacionais e gerenciais relacionados ao serviço, caso existam.
- 3- Esclarecimentos sobre a participação da empresa concessionária de transporte coletivo, incluindo:
 - Manifestação formal da empresa sobre a execução do serviço;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- Eventuais contratos, aditivos ou termos de cooperação relacionados ao “Porta a Porta”;
- Obrigações assumidas pela empresa e pelo Município.
- Informações sobre a frota utilizada, especificando:
 - Quantidade de veículos disponíveis;
 - Condições de acessibilidade;
 - Manutenções realizadas.
- 4- Dados sobre recursos financeiros aplicados ao serviço “Porta a Porta”, discriminando:
 - Dotação orçamentária;
 - Valores já empenhados e pagos;
- 5- Informações detalhadas sobre o subsídio público destinado à empresa concessionária, incluindo:
 - Valor total do subsídio (mensal e anual);
 - Evolução do subsídio nos últimos anos;
 - Base legal para o repasse;
 - Critérios utilizados para cálculo;
 - Relação entre o subsídio e a execução do serviço “Porta a Porta”;
 - Prestação de contas apresentada pela empresa.
- 6- Informações sobre critérios de elegibilidade e funcionamento do serviço, incluindo:
 - Quem tem direito ao benefício;
 - Como é feita a triagem dos pedidos;
 - Prazo médio de atendimento.
- 7- Relatório contendo eventuais reclamações registradas pelos usuários e as providências adotadas pela Administração.
- 8- Informações sobre fiscalização e controle do serviço, indicando:
 - Órgão responsável;
 - Procedimentos de acompanhamento;
 - Penalidades aplicadas, se houver.
- 9- Quaisquer outros documentos, relatórios ou informações que a Administração considere pertinentes para a completa compreensão da execução do programa.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 17 de abril de 2026.

GUILHERME BIANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=28U0485DV1VNEKUN>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **28U0-485D-V1VN-EKUN**

